

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**DIANE FÁTIMA BONET
ELLEN CAROLINA EIDT**

**PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO:
ESTUDOS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DE PÓS - GRADUAÇÃO DA REGIÃO**

**CHAPECÓ
2021**

DIANE FÁTIMA BONET
ELLEN CAROLINA EIDT

PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO:
ESTUDOS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DE PÓS - GRADUAÇÃO DA REGIÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Oto João Petry

CHAPECÓ
2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Bonet, Diane Fátima; Eidt, Ellen Carolina;
Projeto político - pedagógico: estudos no âmbito de
programas de pós - graduação da região / Diane Fátima
Bonet e Ellen Carolina Eidt. -- 2021.
37 f.:il.

Orientador: Doutor Oto João Petry

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Pedagogia, Chapecó, SC, 2021.

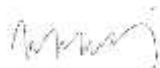
1. Política educacional. 2. 3 Educação. 3. Educação.
I. Petry, Oto João, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO:
ESTUDOS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DE PÓS – GRADUAÇÃO DA REGIÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 07/10/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof.º Dr.º Oto João Petry – UFFS
Orientador



Prof.ª Dr.ª Camila Caracelli Scherma
Avaliadora



Prof.ª Dr.ª Solange Maria Alves
Avaliadora

Dedicamos este trabalho a todos que acreditam na educação e que buscam através dela tornar o mundo mais justo, humano e solidário.

AGRADECIMENTO

Eu, Ellen Carolina Eidt, gostaria de agradecer em primeiro lugar aos meus pais, Larí José e Maria Madalena, por todo amor, carinho, cuidado e incentivo para que eu estudasse aqui nesta Universidade. Elise Cristina e Eduardo Gustavo, meus irmãos, obrigada por todo apoio e amor que foram fundamentais para que eu concluísse este curso de graduação. Estendo esse agradecimento também, ao meu cunhado Adriano, por aceitar, que por quase 5 anos eu morasse junto dele e da minha irmã, para concretizar esse sonho.

Agradeço aos meus avós por todo amor e incentivo. Em especial a vó Lucilda, que hoje, pela vontade de Deus, não está mais presente fisicamente neste plano. Ela que foi minha grande incentivadora e que sempre disse que eu me tornaria professora. Sinto não a ter aqui presente neste momento tão importante, mas sei que, onde quer que esteja, está comemorando comigo essa conquista!

Ao meu namorado, Henrique, obrigada por todo amor, apoio, carinho, incentivo e compreensão durante esse percurso. Preciso agradecer também a minha colega de TCC, Diane, por dividir comigo a responsabilidade de desenvolver essa pesquisa. Minha gratidão! Agradeço ao professor Oto, por aceitar o desafio de nos orientar, obrigado por toda ajuda nesse percurso de engrandecimento profissional.

Aos colegas do curso, obrigada pela amizade formada. Em especial a Sabrina, Taise, Vera, Janquieli, Tatiane e Vanderléia, obrigada pela amizade tão bela que construímos ao longo desses anos, eu admiro cada uma de vocês e espero tê-las para sempre em minha vida! Aos professores que fizeram parte da minha formação, sou eternamente grata a todos vocês! E por último, mas não menos importante, agradeço a Deus pela vida e por me permitir estar aqui concluindo mais essa etapa da minha vida!

MUITO OBRIGADA!

AGRADECIMENTO

Eu, Diane Fátima Bonet, gostaria de agradecer a todas as pessoas que acompanharam a minha jornada formativa até o momento. Os quais me apoiaram nesses 10 anos e meio entre a conclusão da graduação em filosofia na UFFS concluída em janeiro de 2017 e na sequência a entrada no segundo semestre de 2017 na graduação em pedagogia a ser finalizada no primeiro período de 2022 na UFFS.

Agradeço aos professores que produziram aulas maravilhosas e se empenharam o máximo possível para que nós acadêmicos conseguíssemos desenvolver as habilidades e as competências necessárias para estar preparados para atuar como docentes nas escolas públicas.

Agradeço a oportunidade de participar do PIBID em 2018 que possibilitou aproximar a escola real com as teorias da alfabetização propostas pelos teóricos mais conhecidos. Sou eternamente agradecida pela possibilidade de ter participado desse momento de inserção na escola com a tutoria da professora Maria Lúcia, a qual foi fundamental nesse processo.

Gostaria de agradecer em especial a minha colega e nova amiga de TCC pela parceria e dedicação que apresentou durante toda a construção dessa pesquisa. E desejo a Ellen muito sucesso em sua carreira profissional e acadêmica.

Agradeço também ao meu marido Odair e meus dois filhos Alexandre e Renato por me apoiarem em toda a minha vida e estarem presentes nela.

Por fim, agradeço ao professor Oto, o qual auxiliou nessa construção teórica e esteve presente em todos os momentos que solicitamos a sua presença via meet nas nossas reuniões de orientação e pelas muitas correções que possibilitaram a construção dessa pesquisa.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo investigar as pesquisas relacionadas à temática do projeto político-pedagógico (PPP) realizadas em cursos da modalidade *Stricto-Sensu*, Mestrado Acadêmico em Educação, de quatro instituições dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo elas: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), ambas localizadas na cidade de Chapecó/SC, a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), com seu campus na cidade de Joaçaba/SC e a Universidade Regional Integrada do Alto Vale do Uruguai (URI), com seu campus na cidade de Frederico Westphalen/RS. A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa é de cunho qualitativo, documental, e de caráter analítico-descritivo, já que tem como objetivo principal a análise e descrição das características das dissertações corpus da pesquisa. A análise de conteúdo Bardin (2016), utilizando-se das estratégias por ela descritas, tais como a pré-análise, que diz respeito a escolha e uma primeira leitura, por ela chamada de flutuante, dos textos que compõem a pesquisa, seguida da exploração mais aprofundada dos mesmos e a partir disso possibilitar um tratamento adequado dos resultados encontrados, foi utilizada para o exame dos dados. As perguntas que nortearam nossa pesquisa foram as seguintes: O PPP, uma importante política institucional das escolas brasileiras, vem sendo objeto de pesquisa e estudo nesses cursos de pós-graduação? Como o tema é abordado nessas pesquisas? Quais são as contribuições desses estudos para as discussões sobre o projeto político-pedagógico? As dissertações se vinculam a qual linha de pesquisa? A partir dos estudos verificou-se que dentre as 545 dissertações defendidas no período de 2010 a 2020 nessas quatro instituições, foram encontradas 5 pesquisas que continham em seu título o PPP. Compreende-se, portanto, como resultado de nossa análise, que há nessas instituições pesquisas voltadas a essa temática, porém comparando ao número total de dissertações produzidas nas instituições, percebemos que esse é um tema pouco estudado. Esperamos que este trabalho possa motivar outros pesquisadores a se debruçar nas pesquisas relacionadas a esta área tão importante da educação do nosso país.

Palavras-chave: Projeto político-pedagógico; Política educacional; Educação;

ABSTRACT

The current task aimed to investigate researches related to the theme political-pedagogical project (PPP) accomplished in courses of the Stricto-Sensu modality, Academic Masters in Education at four institutions in the states of Santa Catarina and Rio Grande do Sul: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) and Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), both located in the city of Chapecó/SC, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), with its campus in Joaçaba/SC and the Universidade Regional Integrada do Alto Vale do Uruguai (URI), and its campus in Frederico Westphalen/RS. The methodological approach adopted in this research is qualitative, documentary, and analytical-descriptive, as its main objective is the analysis and description characteristics at research corpus dissertations. Bardin content analysis (2016), using the strategies she described, such as pre-analysis, which concerns the choice and a first reading, which she calls floating, of the texts that make up the research, followed by the a deeper exploration of them and, from there, allow an adequate treatment of the results found, was used to examine the data. The questions guided our research were the following: Has the PPP, an important institutional policy of brazilian schools, been the object of research and study in these postgraduate courses? How is the topic addressed in these surveys? What are the contributions of these studies to discussions on the political-pedagogical project? The dissertations are linked to which line of research? From the studies, it was found that among the 545 dissertations defended in the period from 2010 to 2020 in these four institutions, 5 studies were found that contained the PPP in their title. It is understood, therefore, as a result of our analysis, that there are researches focused on this theme in these institutions, but comparing the total number of dissertations produced in the institutions, we realize that this is a little studied theme. We hope that this work can motivate other researchers to focus on research related to this very important area of education in our country.

Keywords: Political Pedagogical Project; Policy-Education; Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de dissertações defendidas entre os anos de 2010 a 2020 nas quatro instituições analisadas na pesquisa e quantas apresentam o PPP no título.....	19
Quadro 2 – Dissertações das quatro instituições de pós-graduação que apresentam como temática de pesquisa o projeto político-pedagógico.....	21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação de dissertações defendidas no Mestrado em Educação da UFFS campus Chapecó entre os anos de 2010 e 2020 e a quantidade de trabalhos que possuem o PPP em seu título.....	22
Gráfico 2 – Dissertações defendidas no Mestrado em Educação da UNOESC campus Joaçaba entre os anos de 2010 e 2020 e a quantidade de dissertações que possuem o PPP em seu título.....	23
Gráfico 3 – Dissertações defendidas no Mestrado em Educação da UNOCHAPECÓ campus Chapecó entre os anos de 2010 e 2020 e a quantidade de dissertações que possuem o PPP em seu título.....	24
Gráfico 4 – Dissertações defendidas no Mestrado em Educação da URI campus Frederico Westphalen entre os anos de 2010 e 2020 e a quantidade de dissertações que possuem o PPP em seu título.....	25
Gráfico 5 – Quantitativo de dissertações defendidas no período de 2010 a 2020 nas quatro instituições e a quantidade de trabalhos por instituição que apresentam o PPP em seu título.....	26
Gráfico 6 – Relação da média anual de trabalhos defendidos nos programas de Mestrado e a quantidade de pesquisas com o tema do PPP.....	27

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PPP	Projeto Político-Pedagógico
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
SC	Santa Catarina
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
CNE	Conselho Nacional de Educação
PPC	Proposta Curricular de Curso
RS	Rio Grande do Sul
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
GERED	Gerência de Educação
ACT	Admissão de Professores em Caráter Temporário
TT	Tema Transversal
CF	Constituição Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: BREVES CONSIDERAÇÕES.....	13
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	17
4 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: O QUE NOS DIZEM OS ESTUDOS EM CURSO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO?.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que o projeto político-pedagógico (PPP) é um dos documentos centrais e importantes das escolas públicas de educação básica brasileiras. É por meio dele que podemos identificar e conhecer este espaço e sua organização, encontrando, dessa forma, informações relevantes quanto a mesma. Tendo em vista a sua importância, realizamos esse estudo, pois sabemos que a pesquisa é o caminho para a produção do conhecimento.

Procuramos com essa investigação científica, assim como nas palavras de Petry e Sudbrack (2015, p. 29684) reforçar que o PPP “[...] constitui-se em princípio filosófico-teleológico e político fundante e orientador do planejamento das estratégias, das ações e dos protagonismos a serem desenvolvidos pela gestão escolar”. Além disso, a pesquisa gera o diálogo e o compartilhamento de ideias entre todos os envolvidos nesse processo. E esse é um momento em que pode ocorrer também o contato da universidade com a escola, diálogo tão importante para nosso processo enquanto pesquisadoras e tão logo pedagogas.

A presente pesquisa é resultado do estudo e análise das abordagens realizadas ao tema do PPP em instituições de educação superior onde são ofertados cursos de Pós-Graduação na modalidade *Stricto Sensu* - Mestrado Acadêmico em Educação. Constituirão, portanto, a amostra do estudo quatro programas, a saber: i. Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Chapecó (UFFS); ii. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Campus de Frederico Westphalen (URI); iii. Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ); iv. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

Além de analisar as dissertações que tratam da temática, compreendemos também as suas contribuições para área educacional. Para tanto, utilizamos em nossa pesquisa os trabalhos relacionados ao tema extraídos das plataformas dos programas anteriormente denominados.

A delimitação dos programas que constituem-se em corpus da pesquisa se deu, em primeiro lugar por questões de localização, estando estas instituições mais próximas à atual residência das pesquisadoras, na cidade de Chapecó/SC, outro motivo que levou a considerarmos a análise com somente esses quatro programas se deu pelo fato desses cursos de pós-graduação nessa modalidade *stricto-sensu* serem relativamente novos, todos possuem menos de 20 anos de existência, o que caracteriza o trabalho de certa maneira recente que vem ocorrendo por parte destas instituições.

Como problemática inicial, que despertou a curiosidade para a realização desta investigação destacamos as primeiras conversas com o professor orientador deste trabalho, que evidenciou a relevância de tomarmos conhecimento das pesquisas relacionadas a este tema da área educacional, tendo em vista que o PPP é um dos, se não o mais importante documento orientador das escolas. O estudo objetivou, portanto, verificar em que medida estão sendo estudados os PPPs em quatro cursos de pós-graduação em educação na modalidade de Mestrado nas regiões Oeste e Meio Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. Como questionamentos fundantes e orientadores da nossa pesquisa destacamos os seguintes: O PPP, uma importante política institucional das escolas brasileiras, vem sendo fonte de pesquisa e estudo nesses cursos de pós-graduação? Como o tema é abordado nessas pesquisas? As dissertações se vinculam a qual linha de pesquisa? E qual a contribuição desses estudos para as discussões sobre o projeto político-pedagógico?

Essa pesquisa se torna importante também, para compreendermos o papel que o PPP ocupa nas investigações científicas dos cursos de pós-graduação, pois, sabendo-se de sua relevância, entende-se que investigações relacionadas ao tema sejam de grande valor em todas as áreas educacionais.

2 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: BREVES CONSIDERAÇÕES

A menção ao PPP no Brasil remonta aos anos de 1980, mas sua implementação somente aconteceu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394 do ano de 1996. Sabe-se que, a partir desta data, ocorreram transformações importantes no que tange a política e a educação. Nesta época, se intensificaram os debates em favor da democracia provocando assim diversas mudanças de pensamento, principalmente as relacionadas à área da educação.

Entre os anos de 1964 a 1985 o país passa por um período conturbado, quando os militares assumem o poder e tem-se início a fase da Ditadura Militar, que reprime muitas das atividades e projetos educacionais até o momento conquistados. Com o passar dos anos e a queda do governo ditatorial se aproximando, renova-se o sonho da democracia no país, sendo, portanto, o ano de 1985 considerado hoje um marco no processo da educação do país, quando se tem início novamente o sonho de uma educação de qualidade a todos. Após o período ditatorial, ainda foram necessários alguns anos para o início efetivo da implementação das políticas educacionais, como a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), normas e

resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) para o ensino superior e a elaboração do Currículo Básico Nacional.

A LDB estabeleceu a partir do sistema federativo a organização educacional de forma a compartilhar as responsabilidades da área entre os Estados e Municípios. Segundo o Art. 12 “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...]”. Esta lei garantiu o direito democrático da construção de um documento de âmbito coletivo com o objetivo de organizar o espaço escolar. Foi também a partir dela e da Constituição Federal (CF) de 1988 que se aprofundaram os escritos relativos à gestão escolar democrática, que é fator fundamental para que o PPP seja elaborado com a participação de toda comunidade escolar, o que o caracteriza como um documento de construção democrática. Para Bortoluzzi:

Pensar a escola e a construção de seu projeto educacional perpassa conceitos que fundamentam o PPP, pois a gênese desse projeto deve estar pautada na visão de sociedade, nos paradigmas educacionais e no entendimento da escola como espaço de decisão e de gestão democrática. (2007, p. 8).

Observa-se dessa forma a importância que o PPP possui no ambiente educacional, estando a ele ligados todos os processos que envolvem a organização do trabalho pedagógico. Os projetos políticos-pedagógicos, segundo Petry e Sudbrack (2015, p. 29679) “constituem-se em importantes referências da gestão escolar na materialização de práticas educativas que promovam a construção da qualidade social da escola pública de educação básica”.

O projeto político-pedagógico é um instrumento organizador da escola, pois é a partir dele que todos orientam-se para realizar e cumprir as metas estabelecidas ao longo do ano escolar. Ele é “caminho pelo qual políticas educacionais, programas e ações de dentro e fora da escola podem ou não ser materializados”. (Idem, p. 29684).

Quando falamos em gestão escolar estamos nos referindo “[...] a atividade e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnicos-administrativos” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 438). A gestão escolar precisa ser participativa para ser democrática.

O primeiro documento oficial que registra a ideia de uma gestão democrática foi a Constituição Federal de 1988 no art. 1º, o qual determina que: “todo o poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição” (BRASIL, 1988).

Os artigos que definem a gestão democrática na LDB são:

Art.14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I-participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II-participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalente;

Art.15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (LDB, 1996, p.5).

Segundo os artigos citados anteriormente compreendemos que o sistema de ensino tem o poder de definir as normativas a serem implementadas nos estabelecimentos escolares, o qual será fundamentado nos princípios básicos da gestão democrática. Além disso, o sistema de ensino vai garantir às escolas uma autonomia progressiva nas questões que envolvem uma gestão.

A gestão democrática é caracterizada pela participação do coletivo e o compartilhamento das decisões que são necessárias dentro de uma escola. Segundo Drabach e Souza (2014), para que uma administração seja considerada democrática são necessários alguns mecanismos para sua efetivação, a citar, por exemplo, o conselho de classe, a eleição para diretor e a formulação do PPP, realizadas dessa forma pelo coletivo da escola que são: direção, pais, professores, alunos e demais funcionários do espaço escolar. Se não constar esses mecanismos em uma gestão ela será considerada gerencialista.

Evidenciando essas diferenças de gestão percebemos que o PPP é essencial em uma administração que busca compartilhar responsabilidades com toda comunidade escolar. Mais do que um documento, ele é capaz de registrar compromissos e objetivos assumidos por todos.

A construção do PPP surge “[...] de demandas reais, apontadas por professores, alunos, pais, diretores em comunidade geral” (SANTOS, 2013, p.18). Por isso, de acordo com ele, é importante a reflexão e discussão constante do PPP pela comunidade escolar, porque é o momento em que todos pensam nas necessidades em comum e desenvolvem as atitudes que poderão proporcionar as transformações. Nesse sentido, é importante não deixar que ele se torne um documento invisível, mas sim fazer com que seja o centro das discussões escolares, para que o mesmo assuma o seu caráter democrático.

Pensamos assim, porque compreendemos que a democracia no sentido etimológico da palavra, significa “o governo do povo” (ROSENFELD, 2017/1984, p. 8). Segundo o autor, esse termo na antiguidade era sinônimo de participação nos debates em praça pública. Além

disso, também era definida como sendo “[...] uma forma de governo” entre duas outras: a monarquia ou “governo de um só” e a aristocracia ou “governo de alguns”. (Idem, p. 7).

Ainda de acordo com este autor, "Aristóteles dizia que a melhor organização da *polis*¹ deveria ser o resultado de uma mistura entre a democracia enquanto governo dos melhores, ou seja, daqueles que se distinguiram publicamente na condução dos negócios da coletividade” (2017/1984, p. 8). Ou seja, hoje ela ainda tem esse caráter de participação, porém os valores mudaram. Para ele o grande problema da democracia na modernidade está em favorecer a economia, e assim privilegiar o individual e o bem material.

Nesse sentido, o PPP é uma ferramenta democrática quando os indivíduos que pertencem a comunidade escolar buscam reforçar aquilo que vai ser bom para o coletivo, ou seja, buscam ir contra essa lógica individual que a sociedade moderna tende a valorizar. A escola deve ser “[...] um espaço público na medida que é um lugar que transcende cada um individualmente, produto coletivo de todos e que sobrevive a várias gerações” (ROSENFELD, 2017/1984, p. 46).

De acordo com Veiga (1998), o PPP é construído através da cooperação e superação dos conflitos que surgem na escola. Para que isso aconteça, é necessário acabar com a competição entre os indivíduos que compõem a comunidade escolar. Veiga salienta também que é importante momentos de estudos e reflexão do PPP, com isso colocar a comunidade escolar em movimento participativo de análise e incorporação de novas necessidades na carta que rege a instituição que representa o processo democrático.

É nesse documento que constam os valores que se espera desenvolver no aluno através da educação. ROSENFELD ao mesmo tempo em que nos faz uma pergunta também a responde, quando questiona “Qual é a melhor forma de educar o meu filho? Faça-o membro de uma “cidade” cujas leis são boas” (2017/1984, p. 9). Ou seja, a escola é responsável pelo desenvolvimento do aluno, sendo assim, é preciso ensinar a participar ativamente das decisões em favor do coletivo e fazer com que perceba a importância desse movimento.

Discutiremos agora, as estratégias metodológicas que utilizamos em nossa pesquisa para responder aos nossos objetivos e as respostas que encontramos a partir dessas indagações e da análise das dissertações que compuseram este trabalho.

¹ Segundo o dicionário polis significa cidade ou comunidade independente em que o governo é exercido por seus membros ou cidadãos livres; cidade-estado.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica adotada nesta investigação é de cunho qualitativa, documental, e de caráter analítico-descritivo, já que possui como objetivo principal a descrição e análise de determinadas características relacionadas a um grupo, conjunto de dados ou população. De acordo com Gil (2002), a pesquisa documental tem como foco refletir e analisar documentos que ainda não tenham recebido um tratamento analítico, que podem, portanto, serem reelaborados a partir dos objetos de pesquisa.

Segundo Serpa, (2018, p. 28)

A abordagem qualitativa [...] se fundamenta [...] em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, direcionando para a análise de casos concretos, considerando os fatores locais e temporais, delimitando os caminhos necessários à efetivação de sua pesquisa em meio aos contextos locais.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa busca refletir sobre os aspectos da realidade com a qual nos encontramos e estamos analisando, ela não pretende, portanto, obter resultados quantitativos, ou seja, numéricos.

Como método de procedimento utilizamo-nos da análise de conteúdo que segundo Bardin, trata-se de

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (2016, p. 37).

Na análise de conteúdo existem três diferentes fases que são descritas da seguinte forma: Pré-análise, que consiste basicamente em definir os documentos que serão analisados, a formulação das hipóteses e dos objetivos propostos e a elaboração dos indicadores, que serão base para a fundamentação da interpretação final dos resultados do trabalho.

Em nosso estudo esse momento ocorreu a partir das primeiras conversas com nosso orientador, onde decidimos a pesquisa que realizamos e os material de análise. Também, elaboramos os objetivos norteadores do trabalho e quais seriam as contribuições para a ciência que buscamos com esse movimento e discussão sobre o PPP e sua abordagem nas dissertações de algumas instituições de formação escolhidas por nós, para que pudéssemos ampliar nossa visão em relação ao tema.

Nessa etapa ocorre o que Bardin chama de “leitura flutuante” (p. 126) ou seja, tem-se um primeiro contato com os documentos que serão analisados mais profundamente em

momento posterior. Em nosso trabalho esse processo ocorreu ao primeiro contato com as dissertações, onde através dos repositórios digitais lemos o título e o resumo dos trabalhos para encontrar aqueles que fariam parte da nossa pesquisa. Essa prática, além de ser uma primeira aproximação com os trabalhos, ajuda na organização dos materiais e consequente qualificação do trabalho, permitindo que através de um tema específico ou de palavras-chave encontremos de fato os materiais que buscamos.

Na sequência realizamos a “aplicação sistemática das decisões tomadas” (BARDIN, 2016, p. 131). Esse processo de exploração dos materiais é uma das tarefas mais importantes e de maior duração nessa busca científica, pois voltamos nosso olhar para os documentos, tentando sempre retirar todas as informações pertinentes e geradoras de resultados. É a partir desse movimento que conseguimos responder nossas perguntas e desenvolver os objetivos propostos. Portanto esse movimento ocorreu com a leitura das palavras-chave, dos resumos e conclusões dos trabalhos selecionados para comporem o corpus da pesquisa, promovendo um processo de escrita e reescrita a partir das respostas encontradas.

E por último, mas não menos importante a fase que busca tratar os resultados obtidos com a pesquisa, chamados de “dados brutos”, tornando-os significativos e válidos para o estudo proposto. A partir das leituras começamos a elaborar e compreender as informações que encontramos nas dissertações, nossos olhares ao mesmo tempo em que captaram os mesmos pontos centrais nos textos, também mostram entendimentos e conclusões distintas, mas que se complementam, promovendo assim, discussões interessantes sobre o estudo relacionado ao PPP na esfera dos cursos de mestrado em educação.

Nesta pesquisa no que concerne a análise de conteúdo, nos utilizamos de dissertações que abordam a temática do PPP encontradas nos repositórios digitais das seguintes instituições com programas de pós-graduação nível de Mestrado em Educação: UFFS e UNOCHAPECÓ - ambos os campi na cidade de Chapecó, UNOESC - campus de Joaçaba e URI - campus de Frederico Westphalen. Para isso utilizamos em nosso trabalho um recorte temporal dos anos de 2010 a 2020, tendo em vista que das instituições abordadas nesta investigação, somente a UNOESC já possuía o curso de Mestrado em Educação em anos anteriores a 2010.

Todas as quatro faculdades apresentam linhas de pesquisa sobre políticas educacionais. Sendo assim, em nossa busca nos repositórios utilizamos do descritor: projeto político-pedagógico, tendo este termo de estar localizado no título do trabalho. Nessa primeira proposta de análise foram encontradas 5 dissertações que contém o PPP no título entre todos os 545 trabalhos defendidos entre os anos de 2010 e 2020. Conforme mostra o quadro 1.

A partir da pesquisa realizada nesses repositórios digitais encontramos em alguns títulos de trabalho além do termo PPP, o termo “Proposta Curricular de Curso”, conhecida como PPC². Como se trata de concepções com caráter distinto, utilizamos em nosso trabalho somente as que continham o termo “projeto político-pedagógico” em seu título.

Quadro 1 – Número de dissertações defendidas entre os anos de 2010 a 2020 nas quatro instituições analisadas na pesquisa e quantas apresentam o PPP no título.

Instituição	Cidade	Nº de dissertações defendidas	Nº de dissertações que apresentam o PPP no título
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Chapecó/SC	112	3
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)	Chapecó/SC	110	0
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)	Joaçaba/SC	197	1
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)	Frederico Westphalen/RS	126	1

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras (2021) a partir de pesquisa nos repositórios digitais das instituições participantes da pesquisa.

A partir dessa pesquisa e dos resultados encontrados, percebe-se que há poucos estudos que abordam o PPP em seu título nessas instituições de pós-graduação escolhidas para integrarem nossa investigação.

A UNOESC campus de Joaçaba possui o programa mais antigo entre as instituições por nós pesquisadas, ele teve seu início no ano de 2000, como forma de atender as demandas por continuação dos estudos de profissionais já formados, tendo em vista que a região Oeste não tinha cursos de modalidade *stricto-sensu*, sendo por isso, o Mestrado dessa instituição

² Enfatizamos aqui que os termos são distintos e se referem a 2 documentos diferentes, uma vez que o PPP está presente e é documento obrigatório das instituições de educação básica, que se caracterizam como as instituições de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Já o PPC se caracteriza como um documento presente nas instituições de formação superior, sendo organizado e estruturado de maneira distinta em cada curso, contendo em seu interior a estruturação e distribuição das disciplinas por fases, o enfoque das disciplinas e de sua organização curricular, dados sobre o corpo docente e demais informações relevantes ao conhecimento principalmente dos estudantes da instituição, professores e demais pessoas interessadas em conhecer um pouco mais de determinado curso.

considerado o primeiro da mesorregião Oeste do Estado de Santa Catarina³. As linhas de pesquisa ofertadas na instituição são: 1. Educação, políticas públicas e cidadania; e 2. Processos educativos.

Na UNOCHAPECÓ o Mestrado em Educação foi criado no ano de 2012 e busca investigar a formação de docentes-pesquisadores nos mais variados contextos sociais. Suas linhas de pesquisa são da seguinte forma nomeadas: 1. Formação de professores, currículo e práticas pedagógicas; e 2. Diversidade, interculturalidade e educação inclusiva.

Na UFFS o Mestrado em Educação surgiu no ano de 2013, e dentre os programas corpus da nossa pesquisa este é o único que tem em suas características ser gratuito, já que é ofertado em uma instituição pública e que possui somente onze anos de existência. Suas linhas de pesquisa são da seguinte maneira nomeadas: 1. Políticas educacionais; e 2. Formação de professores: conhecimentos e práticas educacionais⁴.

Na URI o Mestrado em Educação foi criado em 2011, tendo como linhas de pesquisa: 1. Formação de professores, saberes e práticas educativas; 2. Políticas públicas e gestão da educação; e 3. Processos educativos, linguagens e tecnologias⁵. Esta última foi incluída alguns anos depois da implementação do programa, sendo pensada e organizada tendo em vista a necessidade de uma investigação maior na área de tecnologias da educação, que vem crescendo constantemente ao longo dos últimos anos. Sendo, portanto, uma realidade cada vez mais presente nas escolas brasileiras.

Para uma melhor sistematização dos resultados encontrados com a consulta nos repositórios digitais dos quatro cursos de Mestrado, os trabalhos encontrados foram salvos e organizados a partir do título da pesquisa, autor, ano da defesa, instituição onde a dissertação foi defendida e a linha de pesquisa na qual o trabalho foi elaborado e defendido, conforme mostra o quadro a seguir:

³ Dados retirados do Site da Instituição. Estando disponível no seguinte link:

<https://www.unoesc.edu.br/cursos/programas/programa-de-pos-graduacao-em-educacao/apresentacao>.

⁴ Nome atual da linha de pesquisa. A mesma sofreu alterações no ano de 2020 com a atualização do regimento do programa do Mestrado em Educação da Instituição, sendo anteriormente nomeada da seguinte maneira: “Conhecimento e desenvolvimento nos processos pedagógicos”.

⁵ Linha de pesquisa incluída ao programa no ano de 2017, tendo sua primeira oferta no ano de 2018.

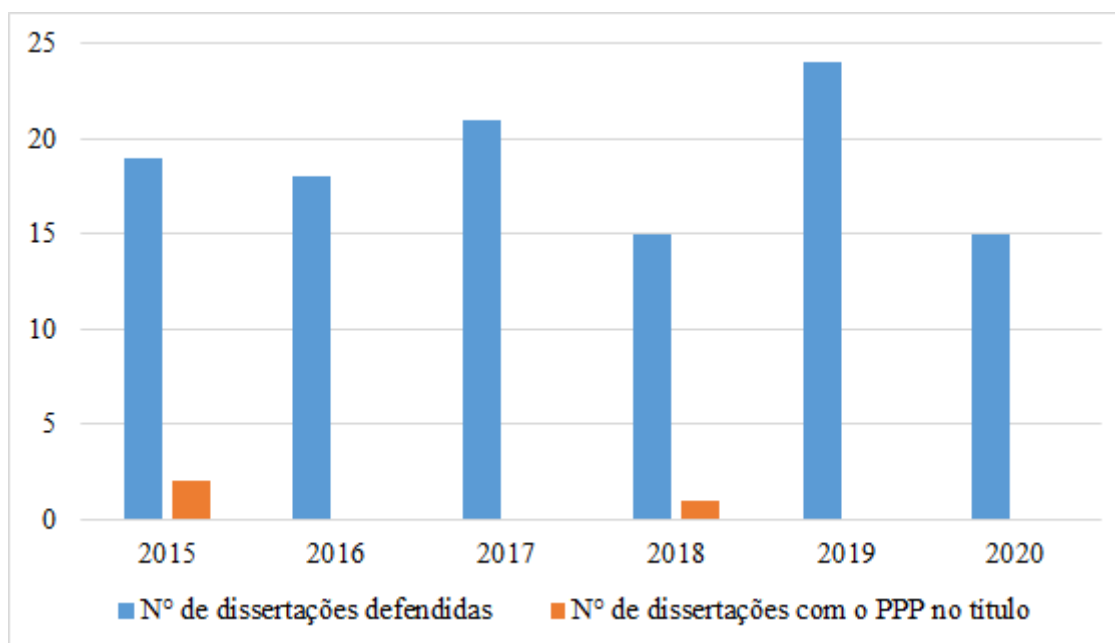
Quadro 2 – Dissertações cujos programas de pós-graduação stricto-sensu apresentam como temática de pesquisa o projeto político-pedagógico.

Título da Dissertação	Nome do autor	Ano de Defesa	Instituição	Linha de pesquisa
A proposta político pedagógica da Escola Estadual de Ensino Médio Irany Jaime Farina na perspectiva freireana: aproximações e distanciamentos.	Neusa Teresinha Alves Bento	2015	UFFS	Formação de professores: conhecimentos e práticas educacionais
Tecnologias digitais em educação: compreensões que permeiam os projetos político-pedagógicos e as diretrizes curriculares da rede pública de ensino de Concórdia/SC.	Vanessa Frizon	2015	UFFS	Formação de professores: conhecimentos e práticas educacionais
O campo na escola (des)encontros entre projeto político-pedagógico e política educacional.	Greti Aparecida Pavani	2018	UFFS	Políticas Públicas Educacionais
Projeto político-pedagógico: desafios de elaboração e implementação em escolas da rede municipal de ensino de Chapecó - SC.	Cintia Dos Passos Sulzbach	2012	UNOESC	Educação, Políticas Públicas e Cidadania
Uma Análise Sobre a Presença/Ausência da “Orientação Sexual” no Projeto Político Pedagógico do Ensino Médio de uma Escola Estadual de um Município da Região Norte do Rio Grande do Sul.	Alexandre Castanho Bueno	2018	URI	Políticas Públicas e Gestão da Educação

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras (2021).

Para compreendermos o trabalho realizado nas instituições quanto às pesquisas relacionadas ao curso de Mestrado em Educação, elaboramos gráficos que apresentam os dados numéricos das dissertações defendidas entre 2010 e 2020, período temporal de análise de nosso estudo, e a quantidade de trabalhos que voltam seu olhar para o estudo do PPP.

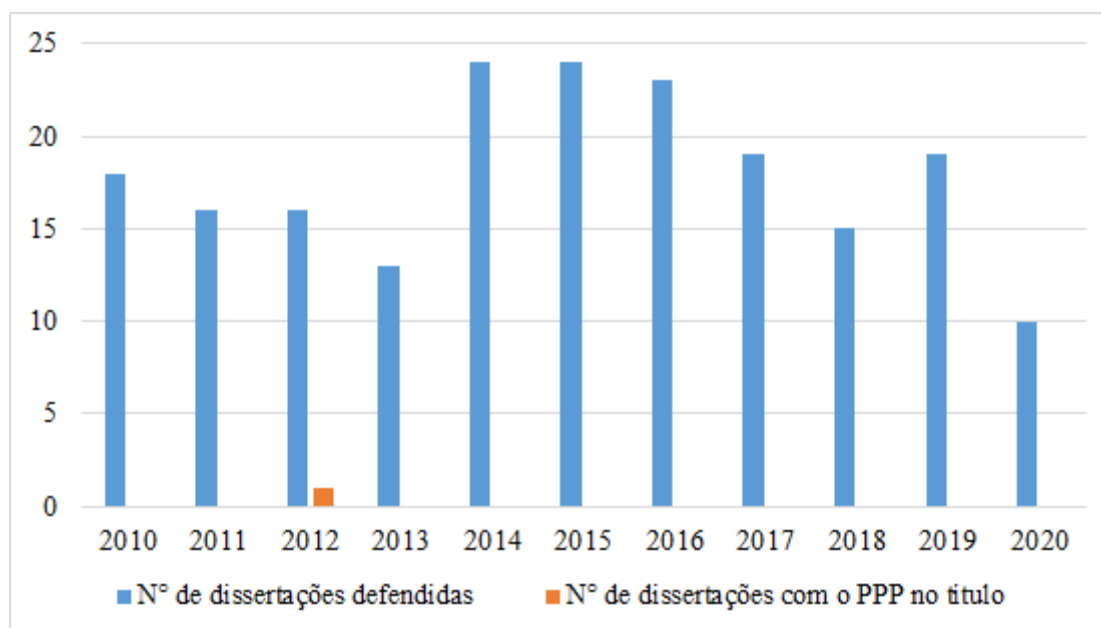
Gráfico 1 – Relação de dissertações defendidas no Mestrado em Educação da UFFS campus Chapecó entre os anos de 2010 e 2020 e a quantidade de trabalhos que possuem o PPP em seu título.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021) a partir de dados retirados do site da UFFS.

O gráfico demonstra que durante o período de 2015 a 2020 foram defendidos 112 trabalhos na instituição. Com esses dados, percebemos que há em todos os anos uma quantidade significativa de defesas, mas que poucas pesquisas nesse período voltaram seu olhar para as discussões relacionadas ao PPP, tendo sido apresentados somente 2 trabalhos em 2015 e 1 em 2018. Com isso podemos dizer que esse número de dissertações, por nós considerado baixo, diverge de certa forma com os objetivos assumidos pela universidade de formar docentes que busquem investigar a educação básica. Compreendemos que existem muitos outros aspectos ligados a essa área e que todos os trabalhos desenvolvidos no programa estão conectados aos diversos debates relacionados ao processo educativo do país. Mas entendemos que, sendo o PPP um documento tão importante das escolas, mais debates e pesquisas poderiam ser elaboradas, como forma de melhorar ainda mais o desenvolvimento e elaboração do mesmo.

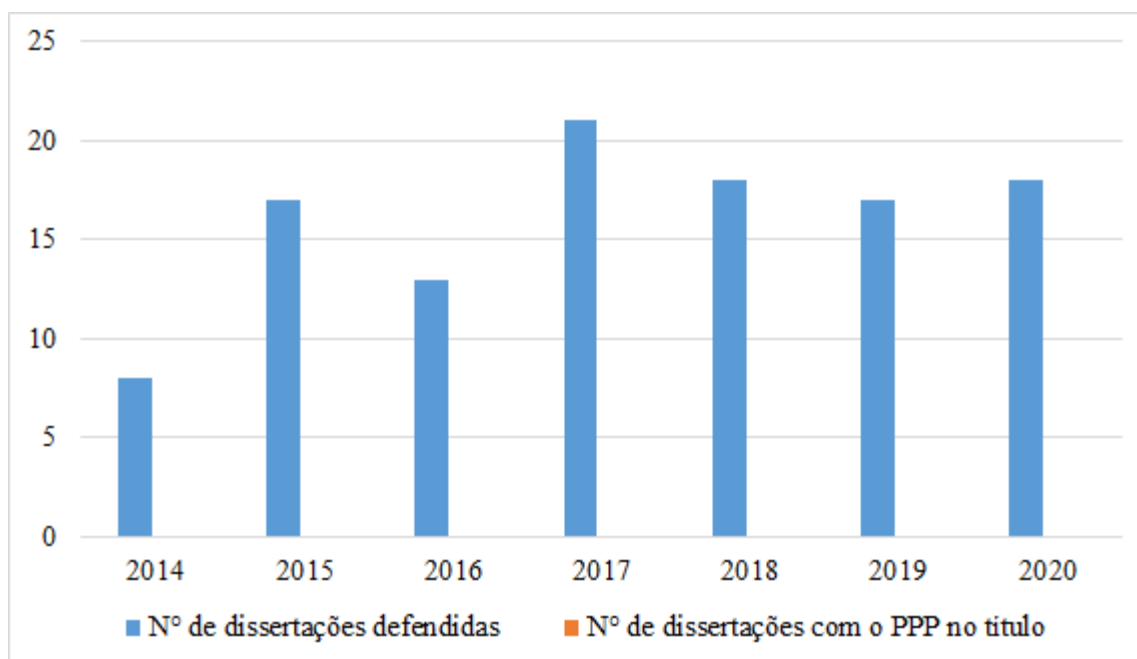
Gráfico 2 – Dissertações defendidas no Mestrado em Educação da UNOESC campus Joaçaba entre os anos de 2010 e 2020 e a quantidade de dissertações que possuem o PPP em seu título.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021) a partir de dados retirados do site da UNOESC.

Esse gráfico demonstra que entre os anos de 2010 a 2020 foram defendidas um total de 197 dissertações na UNOESC do campus de Joaçaba, sendo que há somente uma pesquisa, em 2012, que aborda o PPP em seu título. Os dados nos permitem analisar e deduzir que há um baixo índice de trabalhos que tratam dessa temática, levando em consideração que esta instituição é a que apresenta o maior número de pesquisas, já que seu Mestrado foi criado anteriormente a 2010, sendo o único que possui defesas nos anos de 2011 e 2012. Essa é uma informação que nos chama atenção, tendo em vista que o curso tem por objetivo formar docentes pesquisadores que desenvolvam estudos com intenções, entre outras, de refletir o contexto escolar, sendo o PPP um documento presente cotidianamente na conjuntura da escola e de todos que dela fazem parte.

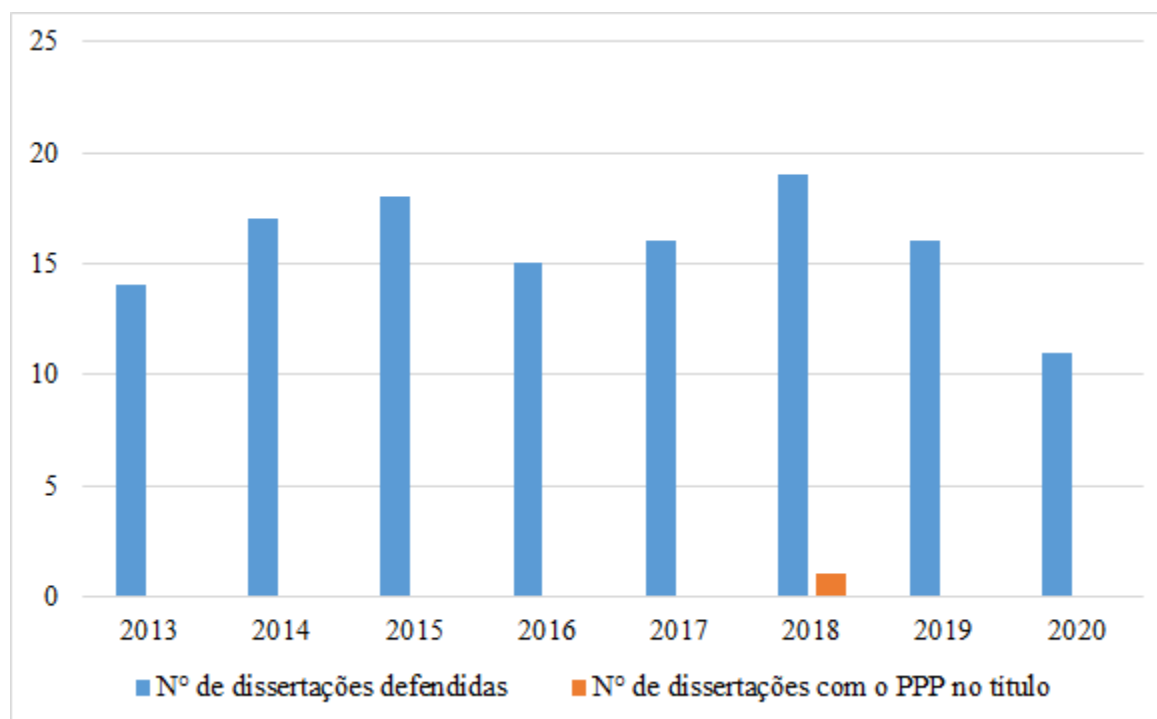
Gráfico 3 – Dissertações defendidas no Mestrado em Educação da UNOCHAPECÓ campus Chapecó entre os anos de 2010 e 2020 e a quantidade de dissertações que possuem o PPP em seu título.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021) a partir de dados retirados do site da UNOCHAPECÓ.

A partir do gráfico e da análise que podemos realizar a partir dele, percebemos que na UNOCHAPECÓ entre os anos 2014 até 2020 foram desenvolvidas e defendidas um total de 110 dissertações no Mestrado em Educação, porém durante este período não houve nenhuma pesquisa que se debruce sobre os estudos relativos ao PPP e que contenha o termo em seu respectivo título. Ou seja, os dados mostram que mesmo a universidade tendo como objetivo desenvolver pesquisadores capazes de refletir sobre a realidade escolar e promover com isso a transformação social, não houveram pesquisas que atentaram seu olhar para esse documento tão importante das nossas escolas. Não estamos afirmando que as demais pesquisas não são importantes, de forma alguma, mas acreditamos que, tendo esse tema a relevância que possui, estando descrito tanto na Constituição Federal como na LDB e devendo estar, portanto, presente nos espaços da escola, existe a necessidade de que pesquisas sejam realizadas através de um trabalho que apresente maior aprofundamento, como ocorre durante o Mestrado, onde há um tempo para se pesquisar maior, e conseqüentemente a possibilidade de um trabalho que contemple inúmeros aspectos mais do documento.

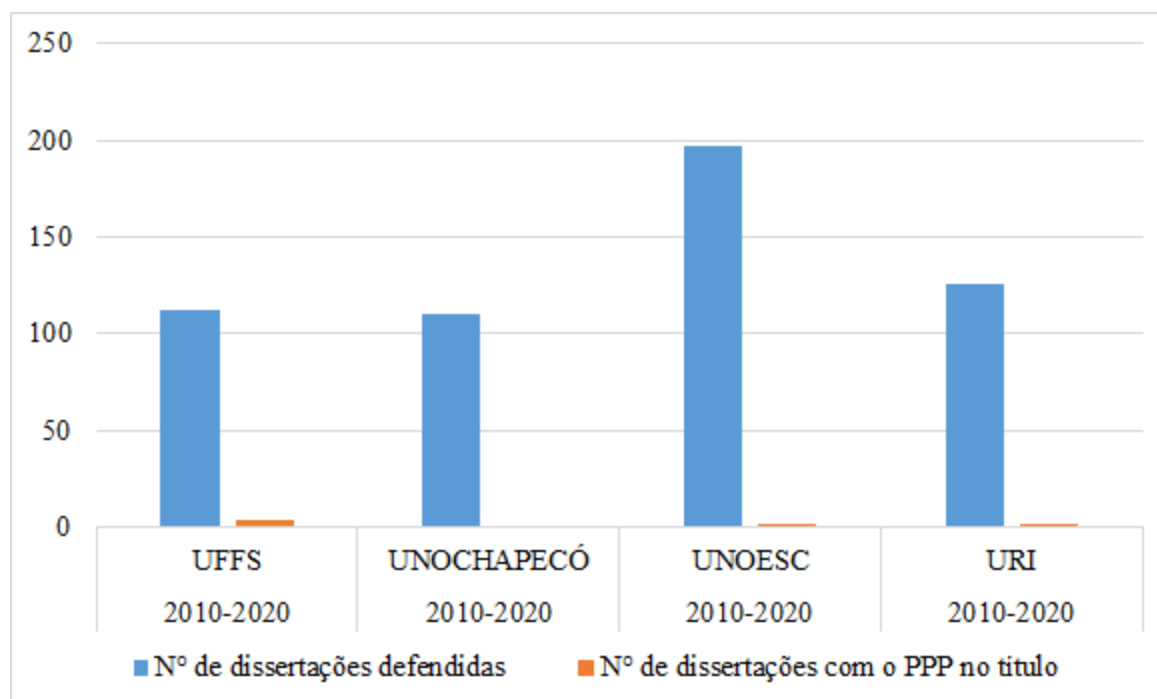
Gráfico 4 – Dissertações defendidas no Mestrado em Educação da URI campus Frederico Westphalen entre os anos de 2010 e 2020 e a quantidade de dissertações que possuem o PPP em seu título.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021) a partir de dados retirados do site da URI.

Nas pesquisas desenvolvidas no Mestrado da URI, campus de Frederico Westphalen, encontramos no período de 2013 a 2020 somente 1 trabalho, entre 126, que abordou em seu título o PPP, demonstrando que, apesar do expressivo número de pesquisas anualmente defendidas na instituição, a grande maioria avassaladora dos trabalhos não buscam analisar e investigar esse tema tão importante, mesmo que a faculdade apresenta por objetivo desenvolver em seus acadêmicos habilidades e competências voltados para pesquisas que promovam o avanço na área educacional. Ao mesmo tempo em que a dissertação explicita o documento em seu título, ela não aborda de maneira efetiva o estudo sobre o mesmo, e sim a relação do PPP com a temática da orientação sexual. Acreditamos que existe espaço para que mais investigações sejam realizadas na universidade e esperamos que mais pesquisadores se interessem pela temática e sua importância na área, possibilitando as transformações que procuramos para melhorar a qualidade da educação da nossa região e do nosso país.

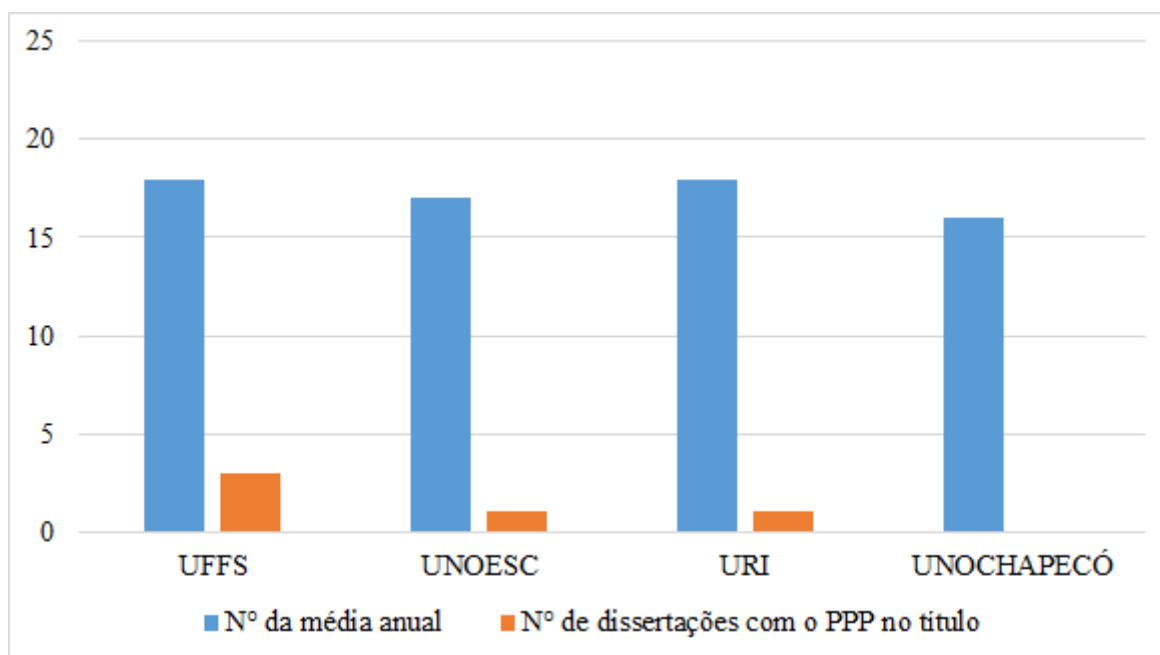
Gráfico 5 – Quantitativo de dissertações defendidas no período de 2010 a 2020 nas quatro instituições e a quantidade de trabalhos por instituição que apresentam o PPP em seu título.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

O presente gráfico representa a totalidade de dissertações defendidas entre 2010 a 2020 em cada universidade, sendo que evidencia o baixo índice, ou até mesmo nulo de estudos em algumas instituições, como no caso da UNOCHAPECÓ. Estes números nos mostram que apesar de haverem trabalhos relacionados ao tema do PPP, esses ainda são poucos, principalmente quando estamos tratando dele como tema central de pesquisa e discussões importantes na área educacional. Fomentar e incentivar pesquisas relacionadas ao tema é uma das nossas obrigações enquanto pesquisadores, pois, compreendemos que essa temática envolve inúmeros aspectos importantes relacionados ao processo educativo. E melhorar cada vez mais o espaço das escolas e a visão de educação que temos é um dos compromissos que assumimos quando adentramos esse lugar. Lutar para que todos tenham acesso a uma educação de qualidade é nossa prioridade, e para que isso realmente aconteça, precisamos que os documentos da área sejam cada vez mais estudados, possibilitando a partir disso, atualizações e melhoramentos, pois são eles que nos orientam e nos mostram o caminho que precisamos seguir para efetivar tudo que buscamos para essa área.

Gráfico 6 – Relação da média anual de trabalhos defendidos nos programas de Mestrado e a quantidade de pesquisas com o tema do PPP.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Neste gráfico apresentamos os dados referentes à média anual de pesquisa realizadas em cada uma das quatro universidades. Podemos observar que na UFFS, foram defendidas em média 18 dissertações por ano, sendo que somente três utilizam em seu título o PPP. Na UNOESC, instituição com maior tempo desde a implementação da pós-graduação da modalidade de Mestrado em Educação, conta com 17 defesas, porém somente 1 no ano de 2010 que se volta ao tema em estudo. O mesmo ocorreu com a URI de Frederico Westphalen, onde em um total de 18 produções científicas, somente 1 ao longo de sete anos teve como foco o PPP. Mas o dado que mais nos chamou atenção enquanto pesquisadoras se dá em relação ao fato de que na UNOCHAPECÓ, não há nenhuma dissertação sobre o PPP entre um total de 16 anualmente defendidas na instituição.

Temos conhecimento de que o foco nos cursos de mestrado em estudo é a educação básica, nesse sentido nos questionamos o porquê de os programas não buscarem se ocupar com mais ênfase nessa temática a qual consideramos sua investigação tão importante.

Sabemos que o PPP é um produto da construção do coletivo e orientador das práticas pedagógicas da escola, e que este somente passou a integrar a rotina escolar após a Constituição Federal de 1988, tendo como principal objetivo melhorar os resultados obtidos pelas escolas no seu processo educacional. Dessa forma entende-se que pesquisas relacionadas ao tema se tornem fundamentais para a continuação de sua elaboração e efetivação nas escolas.

4 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: O QUE NOS DIZEM OS ESTUDOS EM CURSO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO?

Iniciamos a análise das dissertações olhando para além de seus títulos em busca de compreender o papel que o PPP ocupa nas pesquisas dos cursos de Mestrado em Educação. Nesta verificação utilizaremos a análise de conteúdo, já descrita anteriormente, onde seguiremos de forma criteriosa os passos elaborados por Bardin, pois compreendemos que esta é a forma mais eficaz de realizar uma análise profunda de nosso objeto de pesquisa.

Na dissertação de Mestrado da autora Bento (2015), podemos observar que seu propósito com a pesquisa é verificar no projeto político-pedagógico, no plano de estudo e no regimento de ensino da escola de ensino médio Irany Jaime Farina da cidade de Erechim/RS, do período de 2012 a 2015, se existem aproximações ou distanciamentos desses documentos com os pensamentos freirianos. Sua pergunta principal é descrita da seguinte maneira: “como os referenciais de Freire permeiam a construção do PPP, na Escola Estadual de Ensino Médio Irany Jaime Farina”? Dentre seus objetivos buscou descrever e estudar o PPP da escola, compreendendo os aspectos do pensamento freiriano que estão presentes na proposta pedagógica da escola, ou se não há indícios significativos da presença dos ideais de Paulo Freire nos documentos que norteiam as ações na instituição.

De acordo com a autora

[...] refletindo sobre as concepções registradas no PPP da escola, fica explícito que os alunos, professores, pais, funcionários, comunidade são compreendidos como seres [...] capazes de pensar a sua realidade, o mundo ao seu redor, reconhecem-se como pessoas pertencentes a uma sociedade, da qual fazem parte. (BENTO, 2015, p. 155).

A autora pôde concluir com sua pesquisa que todo processo de educação ocorre através da participação e do diálogo, proporcionando assim aos estudantes que ressignificam suas práticas. “Além de se confrontarem e resgatarem novos valores que indicarão o caminho a ser seguido para alcançar os objetivos. Compreendemos que não há como pensar uma práxis pedagógica sem o diálogo. Pois ela própria leva-nos à interação mais profunda” (Idem, p. 8).

Analisamos que na dissertação de mestrado de Frizon (2015) a autora busca através de seu objetivo de pesquisa compreender como as escolas de Concórdia/SC estão aderindo às tecnologias nas suas práticas pedagógicas. Além disso, acrescenta-se que seu propósito é perceber como as mesmas são compreendidas nos documentos que norteiam esses contextos escolares, referindo-se aqui ao PPP, e as Diretrizes Curriculares. Segundo a autora, as tecnologias são apresentadas nos PCNs como uma formação necessária, deixando claro a

importância de o professor apresentá-las para os seus alunos. Ela enfatiza ainda a importância de perceber o quanto a tecnologia é uma ferramenta essencial do ensino nos dias atuais. Ainda de acordo com a autora, a análise dos documentos acima citados mostra que o uso dessa ferramenta está atrelado “à formação cidadã e profissional dos indivíduos” (p.8).

A partir da análise dos documentos a autora afirma que

Ao analisarmos os projetos político-pedagógicos e as diretrizes curriculares da rede pública municipal de Concórdia/SC percebemos que eles mencionam o uso das tecnologias digitais como um recurso que dinamiza a ação pedagógica, permitindo o desenvolvimento de um trabalho pedagógico integrado e interdisciplinar com vistas à ampliação, apropriação e produção do conhecimento. [...] as tecnologias digitais colaboram no desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem, redefinem o tempo e espaço escolar, influenciam cultural e socialmente na vida das pessoas e contribuem na promoção da justiça social. (FRIZON, 2015, p. 200).

Em relação ao PPP, Frizon buscou argumentar consistentemente que defende uma concepção democrática, que enfatiza a participação do coletivo e a possibilidade de modificação do documento durante o ano letivo, pois “[...] o projeto político-pedagógico não se apresenta de forma linear e fechada” (Idem, p. 18).

Na dissertação de Pavani (2018), desenvolvida no Programa de Mestrado da UFFS, vinculada a linha de pesquisa “Políticas Públicas Educacionais”, a autora afirma que “a Educação do Campo é uma concepção de educação que nasce da relação entre os sujeitos do campo com a terra, na luta pela terra e pelo direito à educação, configurando assim a política pública de Educação do Campo” (PAVANI, 2018, p. 9). Por isso, ela busca em sua pesquisa estudar o PPP e a percepção sobre essa política nesse documento. Sendo assim, seu objetivo principal é “compreender como a escola de ensino médio do campo incorpora e textualiza em seu PPP, a política de Educação do Campo” (Idem).

O propósito da pesquisa foi a busca por respostas às questões relacionadas às dificuldades dos jovens em permanecerem no campo, já que buscam na cidade o seu meio de inspiração e referência, como se não houvesse chance de crescimento profissional e de estudo nesse lugar. Para a autora um dos maiores desafios atuais é compreender como a escola contribui para que haja um entendimento do que é o campo e de suas infinitas possibilidades. Para concretizar as análises propostas na pesquisa, a autora analisou os PPPs de três escolas de ensino médio do campo “pertencentes à 5ª Gerência de Ensino de Santa Catarina (GERED), localizada no município de Xanxerê” (Ibidem).

Para atingir seu objetivo, a pesquisadora retratou o PPP como sendo, um “[...] documento que embasa e sustenta toda a prática pedagógica escolar” (PAVANI, 2018, p. 36),

o qual, “[...] em tese, deve ser reformulado anualmente, apontando as linhas gerais e os objetivos que a escola pretende desenvolver com seus estudantes” (Idem, p. 92). Mas que, segundo ela, ainda é percebido por muitas escolas como sendo uma ferramenta com muitas regras e caminhos complicados a ser percorridos. Além da análise dos PPPs, a mesma se debruçou concomitantemente ao estudo de outros documentos que fazem referência a normatização das políticas ligadas à educação das escolas do campo.

Em linhas gerais, a base que sustenta seu trabalho é a compreensão de que o PPP é um documento legitimamente democrático. Sendo construído pela comunidade escolar, a qual, precisa definir aquilo que é importante para organizar esse contexto. Como resultados de suas investigações destacamos que para a autora a viagem investigativa proporcionada pela pesquisa permite “referenciar que o PPP é o documento pelo qual a escola pode afirmar sua autonomia, é um documento legítimo e reconhecido na letra da lei das políticas educacionais do país” (Idem, p. 155). E ela continua, “o PPP, para as escolas de ensino médio do campo, reflete as singularidades do lugar em que a escola se insere, toma a realidade como ponto de partida e de chegada, mas não se fecha nela” (p. 156).

Observamos que a dissertação de Sulzbach (2012) elaborada no Programa de Mestrado em Educação da UNOESC, na linha de pesquisa “Educação, Políticas Públicas e Cidadania” que a centralidade da sua investigação está em analisar as dificuldades na elaboração e também implementação do PPP nos estabelecimentos de ensino da cidade de Chapecó/SC. Ela busca conhecer quais os desafios nesse processo e discutir a superficialidade nos momentos de reformulação do documento. Além disso, ela define o PPP como sendo o responsável por “organizar tudo o que acontece na escola, não como forma de engessar o trabalho pedagógico, mas sim como um projeto que orienta o planejamento do trabalho docente” (SULZBACH, 2012, p. 37).

No decorrer de sua escrita, compreendemos que uma das hipóteses a ser discutida é a pouca autonomia que as instituições educativas têm, o que acaba por limitar a elaboração e utilização dessa ferramenta nas escolas, que têm muitas vezes, suas ações e condutas barradas por gestões que voltam seu trabalho às características do gerencialismo. Algumas das dificuldades encontradas pela autora foram o grande número de ACTs (professores admitidos em caráter temporário), que gera rotatividade de profissionais nas escolas; o grande número de estagiários na rede; a falta de reconhecimento da importância das constantes revisões que são necessárias no PPP durante o ano letivo; a falta de tempo para que esse processo possa ocorrer; além da falta de autonomia dos professores na elaboração desse documento.

As conclusões que a autora chegou foram que

O processo vivenciado pela rede municipal de ensino de Chapecó segue tendência das políticas nacionais em curso no país. Essas políticas, ao mesmo tempo em que assumem discursos com características gerenciais, adotam um padrão de organização escolar (neo) burocrático corroborando para a insurgência de um modelo de gestão escolar híbrida. Essa tendência evidencia as contradições entre o instituído e o instituinte e impõe às escolas, nomeadamente as da rede pública municipal, múltiplos desafios na implementação de um PPP que tome como princípio a autonomia e a gestão democrática. (SULZBACH, 2012, p. 6).

Ainda de acordo com ela, existem inúmeras questões que precisam ser enfrentadas e debatidas por todos os envolvidos nesse processo de criação e atualização dos PPPs, ou seja, de todos que de uma ou outra forma fazem parte do contexto escolar. Lutar por uma escola democrática é um desses caminhos. Por isso, para ela é necessário

Transcender os ranços históricos, de centralização e hierarquização das ações na escola, romper com o modelo burocrático, sem cair nos moldes do modelo gerencial [...] parece ser o caminho mais coerente a seguir. Trabalhar pela construção do PPP baseado nos moldes da gestão democrática é um desafio que cabe aos profissionais atuantes na rede municipal perseguir. (Idem, p. 95).

Na dissertação escrita por Bueno (2018), na linha de pesquisa “Políticas Públicas e Gestão da Educação”, o autor busca analisar o papel que o PPP exerce no que diz respeito ao tema da orientação sexual. Sendo assim, fica evidente a busca pela presença, ou não, da orientação sexual desde os anos 1964 até 2015 no projeto político-pedagógico da Escola Estadual Técnica José Cañellas, localizada na cidade de Frederico Westphalen, região norte do Rio Grande do Sul. Para ele, é fundamental conhecer em quais situações os professores estão trabalhando esse conteúdo, pois o tema é pertinente para contribuir na mudança de pensamento e transformar a sociedade atual, considerada excludente, e torná-la mais justa, humana e democrática. Sabemos que o tema pesquisado é relevante e está descrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN 's) como um Tema Transversal (TT), mas será que é tangido no PPP?

Em suas análises, o autor pondera que,

Ao construir respostas (ou possíveis novas indagações) às perguntas norteadoras percebemos uma série de fatores que demonstram que essa assertiva iniciou-se corretamente no trabalho docente do PPP, mas, perdeu espaço, por vários motivos de construção do próprio documento, que ocorre na maioria das escolas como: falta de tempo para construção, espaços e profissionais com falta de carga horária disponível, debates mais aprofundados para esclarecerem esses elementos educativos. Inicialmente houve indícios da presença/ausência da temática da orientação sexual, mas esquecida no decorrer do planejamento docente. (BUENO, 2018, p. 73).

A partir dessa fala, ficam evidentes muitos aspectos parecidos quando falamos sobre o PPP, principalmente no que tange a falta de tempo ao longo do ano letivo para a efetiva elaboração ou atualização deste documento, já que muitos dos professores não são efetivos, o que leva a todo ano um rodízio de profissionais, que impactam o processo de trabalho, já que existe sempre um período considerável de adaptação e estudo para que os mesmos possam conhecer e entender as demandas de cada instituição. Além do mais, grande parte dos profissionais, principalmente os que ministram disciplinas específicas, trabalham, na grande maioria das vezes, em mais de um espaço, o que envolve que o professor conheça, viva e trabalhe, com realidades e necessidades diferentes.

Na percepção do autor e de suas conclusões, mesmo que o PPP apresenta orientações para a discussão com a temática da orientação sexual, não há ainda clareza de onde e como o mesmo deve ocorrer. Para ele, o trabalho relacionado a esse tema, deve ser realizado em uma parceria entre escola, equipe diretiva, professores e família. Pensando e elaborando no PPP orientações para abordar o tema da melhor forma possível, além da necessidade de se promover capacitações aos profissionais.

O estudo demonstrou, portanto, que é possível desenvolver o trabalho com a temática, se houver um maior aprofundamento dos estudos e estratégias, “mas, essa tarefa acontecerá quando pesquisadores tiverem coragem de romper com o preconceito dos estereótipos que já se fazem enraizados na sociedade, e, até mesmo, nas salas de aula” (BUENO, 2018, p. 77).

Percebemos a partir destas análises que apesar desses estudos terem sido realizados na área da educação, dentro de um Mestrado Acadêmico nem todas as dissertações foram desenvolvidas na linha de pesquisa em políticas educacionais, área onde o estudo do PPP se concentra. Os dados obtidos nos mostram que entre as 5 investigações que apresentam o PPP em seu título, nem todas colocam-no como centro de análise. Na pesquisa desenvolvida por Bueno, por exemplo, apesar do PPP constar no título do seu trabalho, seu enfoque se dá nas questões relacionadas à orientação sexual, tomando o documento neste caso, um segundo plano.

Nesse sentido, nós entendemos que é uma ferramenta poderosa, a qual, poderia estar em debate constante e não somente como fonte fornecedora de dados. E isso, ficou explícito em três das cinco dissertações analisadas, as quais a temática era outra. Porém, enfatizamos que os pesquisadores se muniram de informações e evidenciaram conceitos para embasar as suas buscas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, portanto, que o PPP vem sendo fonte de pesquisa nos cursos de Mestrado em Educação das regiões Oeste e Meio Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. Porém, consideramos que são poucos os estudos com essa temática levando em consideração o total de 545 trabalhos defendidos entre os anos de 2010 e 2020, dentre os quais somente 5 dissertações contém o PPP em seu título. Questionamos esse baixo interesse pelo tema levando em consideração que essa é uma política institucional essencial que precisa estar presente e ser fonte de estudo na educação.

Das dissertações analisadas destacamos que apesar desses estudos terem sido realizados na área da educação, nem todos os trabalhos foram desenvolvidos na linha de pesquisa em políticas educacionais, alguns deles estando ligados a linha de formação de professores. Estamos nos referindo à pesquisa “A proposta político pedagógica da Escola Estadual de Ensino Médio Irany Jaime Farina na perspectiva freireana: aproximações e distanciamentos” de Neusa Teresinha Alves Bento e o trabalho “Tecnologias digitais em educação: compreensões que permeiam os projetos político-pedagógicos e as diretrizes curriculares da rede pública de ensino de Concórdia/SC” de Vanessa Frizon.

Nas dissertações pesquisadas percebemos que mesmo que esses trabalhos utilizaram em seu título o PPP, o foco de estudo não era ele. Mas sim, buscaram estudar temas transversais e constatar a sua existência ou a sua abordagem nesse documento. Afirmamos isso, pelo fato dos autores buscarem informações no PPP, mas pesquisam temas como: sexualidade, tecnologias e educação no campo. Como por exemplo na pesquisa de Alexandre Bueno intitulada “Uma Análise Sobre a Presença/Ausência da Orientação Sexual no Projeto Político Pedagógico do Ensino Médio de uma Escola Estadual de um Município da Região Norte do Rio Grande do Sul” apesar do termo PPP constar no título, a pesquisa coloca a orientação sexual como seu principal foco de estudo.

Mesmo que o foco de estudo não seja o PPP, percebemos que nessas pesquisas ele é considerado uma política muito importante e necessária. Esses pesquisadores defendem que a sua implementação precisa ser realizada a partir do trabalho em conjunto entre todas as instâncias da instituição escolar, sejam elas, gestão, professores, pais e os próprios estudantes, uma vez que esse processo acaba por viabilizar dessa forma a proposta de uma gestão democrática, princípio da educação segundo a CF de 1988. Esse é um processo cada vez mais importante e necessário nas escolas do nosso país, pois segundo Saviani,

A relação entre a democracia e educação se caracteriza pela dependência e influência recíproca. A democracia depende da educação para o seu fortalecimento e consolidação e a educação depende da democracia para o seu pleno desenvolvimento, pois a educação não é outra coisa senão uma relação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana. (1999, p. 54).

Essas pesquisas, contribuíram com a compreensão de que a educação e a democracia se articulam e quando juntas, têm o poder de potencializar as discussões referentes ao processo de educação do nosso país, além de promoverem a participação e escuta de todos que fazem parte do ser escola e que lutam pela sua qualidade. Entendendo as mudanças que são necessárias e de fato tornando-as concretas.

Portanto, percebemos que a continuação dos estudos acerca desse tema também se torna fundamental, uma vez que, sendo um dos documentos mais importantes da escola, temos que, enquanto educadores e pesquisadores, garantir que discussões relacionadas ao tema sejam cada vez mais realizadas, para que, possamos dessa forma, melhorar cada vez mais a educação das nossas crianças e jovens, tornando-a um projeto cada vez mais democrático, participativo e também efetivo. O PPP é o coração da escola, segundo Veiga (2002, p. 1) “ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENTO, Neusa Terezinha Alves. **A proposta político pedagógica da escola estadual de ensino médio irany jaime farina na perspectiva freireana: aproximações e distanciamentos**. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação. Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/716>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BORTOLUZZI, Jussara Santana; SILVA, Adnilson José. Projeto Político Pedagógico: Um estudo sobre desencontros entre teoria e prática. 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2311-6.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 mar. 2021.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico 1988. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/acervo/constituicao-federal>. Acesso em: 27 mar. 2021.
- BUENO. Alexandre Castanho. **Uma análise sobre a presença/ausência da transversalidade da “orientação sexual” no projeto político pedagógico do ensino médio de uma escola estadual de um município da região norte do Rio Grande do Sul**. 2019, 81 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2019. Disponível em: <http://www.fw.uri.br/NewArquivos/pos/dissertacao/dis-187.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021. .
- DRABACH, N. P; SOUSA. A. R. Leitura Sobre A Gestão Democrática E O “Gerencialismo” Na / Da Educação No Brasil. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.16, n.33, p. 221-248, Jul./Dez. 2014.
- ROSENFELD, Denis. L, (2017). O que é democracia, São Paulo: Brasiliense 1984.
- FRIZON, Vanessa. **Tecnologias digitais em educação: compreensões que permeiam os projetos político-pedagógicos e as diretrizes curriculares da rede pública de ensino de concórdia/sc**. 2015, 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação. Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/705>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: política, estrutura e organização**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PAVANI, Greti Aparecida. **O campo na escola: (des)encontros entre projeto político-pedagógico e política educacional**. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso Mestrado em Educação. Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. Disponível em: <https://rd.uffrs.edu.br/handle/prefix/2193>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PETRY, Oto J.; SUDBRACK, M. Edite. **Projeto político-pedagógico, gestão escolar e a construção da qualidade social emancipadora da escola**. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22072_10841.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 1.ed. São Paulo. Cortez/Autores Associados, 1983/1999.

SANTOS, G. S. Julia. **O projeto político pedagógico como ferramenta da gestão escolar democrática**. UFSM. Três Passos - RS. 2013, 39 p.

SERPA, Aline da Silva. **Planos de gestão escolar: nova estratégia de governança das escolas públicas estaduais de Santa Catarina**. 2018. 159 f.: il.

SULZBACH, Cintia dos Passos. **Projeto político-pedagógico: Desafios de elaboração e implementação em escolas da rede municipal de ensino de Chapecó – SC**. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso Mestrado em Educação. Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba. 2012. Disponível em: <http://pergamum.unoesc.edu.br/pergamumweb/vinculos/000017/00001771.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021.